

Parecer de Segunda Opinião

3ª Debênture Verde da Taesa



SITAWI Finanças do Bem
Rua Voluntários da Pátria, 301/301 – Botafogo
22270-003 – Rio de Janeiro/RJ
contact@sitawi.net | +55 (21) 2247-1136

19 de dezembro de 2019

Sobre a SITAWI

A SITAWI é uma organização brasileira que mobiliza capital para impacto socioambiental positivo. Desenvolvemos soluções financeiras para impacto social e assessoramos o setor financeiro a incorporar questões socioambientais na estratégia, gestão de riscos e avaliação de investimentos. Somos uma das 5 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o Extel Independent Research in Responsible Investment – IRRRI 2019 e a primeira organização brasileira a avaliar títulos verdes.

Sumário

Parecer de Segunda Opinião	0
Sobre a SITAWI	1
I. Escopo	2
II. Opinião	3
III. Análise da Emissão	5
IV. Performance Socioambiental do Projeto	12
V. Performance ASG da Taesa	16
Método	21
Formulário Green Bond Principles	25

I. Escopo

O objetivo deste Parecer é prover uma segunda opinião sobre o enquadramento como Título Verde ('Green Bond') da 8ª (oitava) emissão de debêntures de infraestrutura a ser realizada pela Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (Taesa). Os recursos obtidos com a emissão serão utilizados para reembolso, refinanciamento e pagamentos futuros relacionados à implementação de um projeto de transmissão de energia elétrica.

A SITAWI utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado com os *Green Bond Principles* (GBP)¹, os Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation* (IFC)² e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A opinião da SITAWI é baseada em:

- Características da emissão baseada na análise da minuta da escritura da debênture;
- Performance socioambiental do projeto de acordo com o processo de licenciamento e procedimentos de gestão;
- Performance Ambiental, Social e de Governança (ASG) da Taesa, a partir da avaliação das políticas e práticas empresariais.

A análise desse parecer utilizou informações e documentos fornecidos pela Taesa, alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa, além de outros elementos adquiridos em entrevistas com equipes responsáveis pela emissão da debênture e pela gestão empresarial. Esse processo foi realizado entre 29 de novembro e 13 de dezembro de 2019.

A SITAWI teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível razoável de assecuração em relação a completude, precisão e confiabilidade.

A emissora pretende obter a classificação de Título Verde, em linha com a publicação Não Perca esse Bond³, o Guia para Emissão de Títulos Verdes no Brasil 2016 (Febraban e CEBDS)⁴ e *Green Bond Principles*, versão 2.1 de junho de 2018. Essa classificação será confirmada um ano após a emissão, com base em um parecer de pós-emissão a ser realizado pela SITAWI.

¹ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Regulatory/Green-Bonds/June-2018/Green-Bond-Principles---June-2018-140618-WEB.pdf>

² https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards

³ <http://info.sitawi.net/naopercaessebond>

⁴ <https://www.sitawi.net/publicacoes/guia-para-emissao-de-titulos-verdes-no-brasil/>

II. Opinião

A SITAWI confirma que a oitava emissão de debêntures da Taesa pode ser considerada um Título Verde (“Debênture Verde”), com contribuições positivas para o desenvolvimento sustentável.

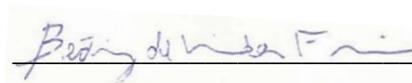
Essa conclusão é baseada nas três análises a seguir:

- Emissão (seção III)
 - a. Os recursos serão utilizados para pagamentos futuros, reembolso e refinanciamento de projeto relacionado a transmissão de energia elétrica. Esses ativos trazem benefícios ambientais, pois sua construção irá aumentar a disponibilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN) para energia renovável;
 - b. O projeto que utilizará os recursos do Título Verde já está definido na escritura da emissão. Esse projeto está alinhado com a estratégia da Taesa e oferece benefícios ambientais tangíveis;
 - c. Os procedimentos para gestão dos recursos captados por meio da debênture foram claramente definidos pela emissora, por meio de um processo documentado e transparente;
 - d. A emissora está comprometida em reportar anualmente a alocação de recursos e os benefícios ambientais dos projetos.
- Projetos
 - a. O projeto possui performance socioambiental satisfatória, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável;
 - b. Os projetos têm performance satisfatório nas dimensões analisadas;
 - c. Não foi identificada nenhuma controvérsia negativa envolvendo o projeto;
 - d. A gestão socioambiental da Taesa define de maneira clara as formas de medir, prevenir, mitigar e compensar os eventuais efeitos negativos dos projetos que receberão aportes da debênture.
- Emissora (seção IV)
 - a. A Taesa possui uma performance ASG confortável, com desempenho confortável nas três dimensões analisadas: ambiental, social e de governança corporativa;
 - b. A empresa enfrenta controvérsias isoladas e de nível de severidade pouco significativo. Além disso, a Taesa possui capacidade de resposta adequada;
 - c. Dessa maneira, consideramos a empresa apta a gerir e mitigar riscos ASG dos projetos que receberão os recursos das Debêntures Verdes.

Equipe técnica responsável



Gustavo Pimentel
Sócio-Diretor
gpimentel@sitawi.net



Beatriz Ferrari
Analista Sênior
bferrari@sitawi.net

Rio de Janeiro, 19/12/2019

Declaração de Responsabilidade

A SITAWI não é acionista, investida ou cliente da Taesa ou de suas subsidiárias. A SITAWI conduziu outro projeto de consultoria ASG para a Taesa em 2019. Adicionalmente, a SITAWI foi responsável pelos Pareceres de Segunda Opinião da segunda série da sexta emissão e da sétima emissão de Debêntures da TAESA. Para mitigar o potencial conflito de interesse e garantir objetividade e isenção, os profissionais responsáveis por este Parecer não se envolveram no projeto de consultoria ASG e vice-versa. A SITAWI declara, desta forma, estar apta a emitir um Parecer de Segunda Opinião alinhado aos *Green Bond Principles*.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Emissora. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a SITAWI⁵ não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

Nesse sentido, também frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento ou compra dos títulos, assim como também não servem para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

⁵ A responsável final por esse relatório é a KOAN Finanças Sustentáveis Ltda., que opera sob o nome fantasia de SITAWI Finanças do Bem

III. Análise da Emissão

Os *Green Bond Principles (GBP)* são diretrizes que auxiliam o mercado a compreender os pontos chave de um título de dívida e como ele se caracteriza como Título Verde. Essas diretrizes se dividem em quatro componentes. Veja a descrição dessas componentes na seção [Método](#).

A aderência aos GBP, embora seja um processo voluntário, sinaliza aos investidores, subscritores e outros agentes de mercado, que a emissora do título segue padrões adequados de desempenho em sustentabilidade e transparência.

Nas subseções a seguir, analisaremos o alinhamento das Debêntures da Sétima Emissão da Taesa com os quatro componentes dos GBP.

Uso dos Recursos

A oitava emissão de debêntures simples da Taesa, elegível para a classificação de Debênture Verde, totaliza R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). A oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 476, que regula ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos.

Os recursos da emissão da Debênture Verde serão destinados para reembolso, refinanciamento e desembolso futuro de investimentos relacionados a um projeto de implementação de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, ligados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), por intermédio de Sociedade de Propósito Específico (SPE), controlada pela Taesa.

Diversos padrões nacionais e internacionais reconhecem que transmissão de energia renovável é uma categoria elegível a emissão de títulos verdes.

- Os *Green Bond Principles (GBP)* incluem projetos que suportem a energia renovável, como os de transmissão;
- A Taxonomia da *Climate Bonds Initiative* determina que projetos de transmissão e distribuição de energia são elegíveis a receberem o rótulo de Título Verde mediante atendimento dos critérios de aumento da integração de fontes renováveis ou aumento da eficiência energética do sistema;
- A publicação “Não Perca esse Bond” enquadra projetos de transmissão, distribuição e armazenamento de energia elétrica não dedicados a energia renovável no cenário da NDC (*Nationally Determined Contributions* – Contribuição Nacionalmente Determinada), tendo em vista sua indireta contribuição para o combate das mudanças climáticas.

Linhas de transmissão no Brasil contribuem para o escoamento e transmissão de energia renovável no SIN, de modo que se enquadra como categoria elegível a receber recursos de Títulos Verdes. Por outro lado, pela característica do SIN, não é possível garantir que as linhas de transmissão da Taesa transmitirão apenas energia renovável. Em março de 2019, cerca de 17% da energia elétrica transmitida no SIN foi originada de fontes não renováveis (carvão, gás natural, derivados de petróleo e nuclear).

Para respaldar a tese de que os sistemas de transmissão darão suporte ao escoamento de energia renovável, alguns argumentos são listados a seguir:

- Fontes de energia renovável não convencionais, tais como fotovoltaica e eólica, são, por sua natureza física, intermitentes. Por esta razão, possuem alta interdependência entre si e com fontes convencionais. Neste sentido, a

expansão da matriz elétrica renovável do Brasil depende da melhoria na infraestrutura de transmissão de energia, para permitir o escoamento de energia renovável não convencional e garantir segurança energética com o crescimento dessas fontes. Esse aspecto é ratificado pelo estudo “Transição da indústria de energia, aqui e agora” (*Power-Industry Transition, Here and Now*) do Instituto de Análise Econômica e Financeira de Energia (*Institute for Energy Economics and Financial Analysis - IEEFA*). Esse estudo mostra que alguns países que possuem em sua matriz elétrica um volume significativo de energia eólica e solar, não sofrem com interrupções por terem um sistema de transmissão robusto. Nesse sentido, o estudo destaca que, para integrar energias renováveis à rede, é fundamental o investimento em transmissão para reduzir perdas e congestionamentos⁶;

- O *International Development Finance Club - IDFC*, associação formada pelos principais bancos de desenvolvimento do mundo, reconhecem linhas de transmissão para energia renovável como investimentos elegíveis dentro de seus *Common Principles for Climate Mitigation Finance Tracking*⁷;
- No Brasil, o aumento da produção de energia renovável, principalmente eólica, vem acompanhado de carência nas linhas de transmissão e distribuição. Notícias recentes destacam que algumas usinas eólicas se mantiveram paradas devido à falta de sistemas de transmissão para absorver essa geração adicionada⁸. Apesar das linhas que utilizarão os recursos da Debênture não serem diretamente ligadas a essas usinas, elas apoiam o escoamento desse tipo de energia, conforme destacado na escritura;

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), entre dezembro de 2012 e março de 2019, o volume da capacidade instalada das usinas eólicas, solares, a biomassa e pequenas centrais hidroelétricas (PCH) cresceu 133%, aumentando a participação na matriz elétrica nacional de 13% para 22%⁹. Existe a perspectiva de que o volume de energia renovável siga crescendo. De acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia, é esperado que, em 2027, a geração de eletricidade, nessas mesmas fontes, represente 29% da matriz elétrica brasileira. Isso significa uma expansão de 52% da capacidade instalada de fontes renováveis alternativas, frente a expansão de 21% na capacidade do Sistema Interligado Nacional (SIN)¹⁰;

- As linhas de transmissão da Taesa integrarão o SIN, um dos maiores sistemas de geração e transmissão de energia do mundo e composto majoritariamente por fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa (ex. hidrelétricas). Em 2018, o SIN teve um fator de emissão de 71,37 kgCO₂eq/MWh contra 670,25 kgCO₂eq/MWh dos sistemas isolados no Brasil, este último composto majoritariamente por fontes térmicas. O melhor aproveitamento do potencial de energia limpa do SIN depende da eficiência e qualidade da infraestrutura de transmissão¹¹;
- Fontes renováveis não convencionais tendem a ser menos *utility-scale* e mais distribuídas. Neste sentido, a expansão do sistema de transmissão é importante para permitir a integração de fontes mais distribuídas e intermitentes no sistema.

⁶ http://ieefa.org/wp-content/uploads/2018/02/Power-Industry-Transition-Here-and-Now_February-2018.pdf

⁷ <https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/65d37952-434e-40c1-a9df-c7bdd8ffcd39/MDB-IDFC+Common-principles-for-climate-mitigation-finance-tracking.pdf?MOD=AJPERES>

⁸ <https://globoplay.globo.com/v/6519656/>; <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/01/por-falta-de-linhas-de-transmissao-13-usinas-eolicas-estao-paradas-no-ne.html>; <https://oportaln10.com.br/serido-potiquar-se-prepara-para-expandir-energia-renovavel-77643/>

⁹ ANEEL, Informações Gerenciais de Dezembro de 2012

(<http://www.aneel.gov.br/documents/656877/14854008/Boletim+de+Informa%C3%A7%C3%B5es+Gerenciais+-+1%C2%BA+trimestre+de+2019/b860054f-79ec-6608-951a-fb2288701434>) e Informações Gerenciais de Março de 2019

¹⁰ Plano Decenal de Expansão de Energia 2027, CAPÍTULO III, gráfico 3-5 http://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Documents/PDE%202027_ aprovado_OFICIAL.pdf

¹¹ Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2019, Tabelas 2.5, 2.6 e 2.13 <http://epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-160/topico-168/WOrkbook2019v10.xlsx>

Portanto, a emissão da Taesa será importante para transmissão de energia renovável convencional e não convencional, o que lhe confere elegibilidade para o rótulo de Título Verde.

Processo de avaliação e seleção dos projetos

Após a conclusão da sexta emissão de debêntures em maio de 2019, a primeira da companhia rotulada como verde, a diretoria da Taesa optou por manter a prática de rotular suas emissões elegíveis e obteve suporte de seus acionistas controladores, ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. (ISA Brasil) e Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Desde então, sua sétima emissão de debêntures em outubro de 2019 também contou com a rotulação verde. Isso demonstra o esforço crescente de engajamento da empresa no tema de sustentabilidade.

A Taesa inclui sustentabilidade em sua missão (“transmitir energia elétrica com excelência, de forma contínua e eficiente, garantindo rentabilidade e sustentabilidade”) e seus valores. Além disso, está em andamento o desenvolvimento de processos e práticas internas para melhor endereçar temas ambientais, sociais e de governança (ASG) na gestão empresarial. Por meio desse projeto, a Taesa espera desenvolver metas de sustentabilidade para sua operação. Deste modo, sua estratégia corporativa também está alinhada à 3ª Debênture Verde a ser emitida.

O processo de seleção de projeto para a emissão da Debênture Verde, incluindo a identificação de uma categoria elegível, definição de benefícios ambientais e os demais critérios de performance, ficaram a cargo da emissora, por meio de processo interno. A escritura da Debênture restringe os dispêndios da oitava emissão aos sistemas de transmissão do projeto Sant’Ana. Isso garante que os recursos serão aplicados em categorias de projetos que podem ser classificados como Verdes, como já descrito na seção [Uso dos Recursos](#). Mais detalhes sobre o projeto que receberá os recursos são apresentados na tabela 1.

Tabela 1 - Projetos selecionados para uso dos recursos

Nome do projeto	Descrição	Data início	Data est. conclusão
Sant’Ana (RS)	<ul style="list-style-type: none">• Linha de transmissão, de 230 kV, extensão de 125 km, com origem na Subestação Livramento 3 e término na Subestação Alegrete 2;• Linha de transmissão Livramento, de 230 kV, extensão de 10 km, com origem na Subestação Livramento 3 e término na Subestação Cerro Chato;• Linha de transmissão, de 230 kV, extensão de 247 km, com origem na Subestação Livramento 3 e término na Subestação Santa Maria 3;• Linha de transmissão, em 230 kV, extensão de 205 km, com origem na Subestação Livramento 3 e término na Subestação Maçambará 3;• Subestações Maçambará 3 e Subestação Livramento 3, ambas em 230 kV;• Suporta o escoamento da eletricidade gerada pelos futuros parques eólicos da região Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.	03/2019	05/2022

Atualmente há um portfólio de projetos eólicos cadastrados na Empresa de Pesquisa Energética (EPE) de cerca de 300 empreendimentos no Estado do Rio Grande do Sul,

cuja potência total supera 7.600 MW. No período entre 2004 e 2011, 1.392 MW de potência eólica foram contratados dos parques do Rio Grande do Sul, no ambiente de contratação regulada.

Neste contexto, a região da fronteira oeste do RS é atualmente atendida basicamente por sistemas de transmissão com capacidade aquém da necessária para garantir um escoamento do potencial eólico cadastrado. Diante do aumento da oferta de energia proveniente dos parques eólicos do Rio Grande do Sul, a LT 230 kV Livramento 3 – Santa Maria 3 (parte do projeto Sant’Ana) é apresentada no planejamento realizado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), com objetivo de absorver o montante de energia proveniente dos referidos parques contratados e cadastrados nos leilões de energia, bem como oferecer energia elétrica com melhores índices de continuidade, confiabilidade e qualidade asseguradas pelo sistema de transmissão, estimulando o desenvolvimento do parque industrial e agropecuário, que constitui vetor expressivo da economia local.

Desta forma, o benefício ambiental gerado pelo projeto está associado ao aumento no volume de transmissão de energias renováveis não convencionais (eólica, solar, UTE a biomassa e PCH). Esse benefício será demonstrado pela variação do “Indicador de prestação de serviço de transmissão a Usuários Verdes”. Nesse indicador, cada Usuário Verde representa uma usina geradora de energia renovável não convencional. Assim, o indicador é composto das seguintes variáveis:

- Número de usuários do sistema que geram energia renovável não convencional (Usuários Verdes): mostra a quantidade de usuários que produzem energia renovável;
- Faturamento com transmissão de energia renovável não convencional (R\$): demonstra a disponibilidade do sistema para transmitir energia gerada pelos Usuários Verdes;
- Incremento do faturamento com novos usuários: variável diretamente relacionada com a potência de transmissão de energia (montantes de uso do sistema de transmissão - MUST) disponibilizada para os novos Usuários Verdes.

Não é possível estimar o benefício ambiental do projeto de Sant’Ana enquanto o mesmo ainda não estiver em operação. No entanto, a tabela abaixo servirá como uma base de referência para a identificação futura desse benefício, conforme o projeto entre em operação. Essa tabela também demonstra a evolução da relevância de energia de fontes renováveis não convencionais na atividade de transmissão da Taesa entre dezembro de 2017 e o mesmo mês de 2018. O avanço desses indicadores será reportado anualmente pela Taesa, de modo a demonstrar a relevância do benefício ambiental das novas linhas de transmissão por meio do aumento da participação de fontes renováveis não convencionais em relação a toda a energia transmitida pela totalidade das linhas de transmissão da Taesa.

Tabela 2 - Linha de Base de Benefícios Ambientais das Linhas de Transmissão da Taesa

Benefício Ambiental	Dez/2017	Dez/2018	Usuários Verdes sobre o total – Dez/ 2017 (%)	Var. 2018-2017 (%)
Número de Usuários Verdes ¹	495	572	64,9	15,6
Faturamento com Usuários Verdes ¹ (R\$)	3.884.410,78	4.075.543,91	3,1	4,9
Incremento de faturamento com novos Usuários Verdes ¹ (R\$)	-	191.133,13		

¹ Usuários Verdes - geram energia por meio de usinas eólicas, solar, a biomassa e PCHs

A tabela 3 apresenta uma avaliação inicial dos impactos socioambientais do mesmo.

Tabela 3 - Análise socioambiental dos projetos

Status do licenciamento	Categoria IFC PS*	Principais impactos socioambientais
Licença Prévia parcial (12/2019)	B	Os impactos mais significativos são associados a erosão do solo, supressão vegetal, inclusive em áreas de APPs, impacto sobre habitat da fauna e restrição de uso e ocupação do solo.

*Os Performance Standards do IFC definem os projetos conforme categoria de risco socioambiental: A – Alto; B – Médio e C- Baixo

Ainda que o projeto Sant’Ana se encontre em fase de licenciamento e de implementação inicial, avaliamos as credenciais socioambientais do mesmo na seção IV. Na opinião da SITAWI, possui performance socioambiental satisfatória.

Para assegurar que os potenciais impactos dos projetos serão geridos adequadamente, realizamos uma análise da gestão ASG da Taesa, para que os investidores possuam uma melhor visão de sua capacidade em sustentar as condicionantes que conferem a qualidade de “Título Verde” à debênture. Verificamos que o desempenho ASG da Taesa é confortável (Seção V).

Podemos então concluir que os projetos a serem financiados por meio da Debênture Verde já estão definidos e formalizados na escritura da emissão. Os projetos estão alinhados com a estratégia da Taesa e possuem benefícios ambientais, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável. A Taesa também demonstrou ter uma gestão socioambiental confortável para gerenciar os eventuais impactos negativos dos projetos.

Gestão dos Recursos

Será realizada a emissão de uma Debênture Simples conforme as regras da Instrução CVM 476, no valor de R\$ 300 milhões a serem alocados no projeto Sant’Ana. Possui prazo de 25 anos, contados da data de emissão. O valor bruto da emissão representa, aproximadamente, 49,2% do custo total (R\$ 610 milhões) estimado para o projeto, conforme indicado na tabela 4.

Tabela 4 - Representação de Debêntures Verdes no custo total do projeto (em R\$ milhões)

Custo total do projeto (R\$ MM)	Recursos estimados da Debênture Verde (R\$ MM) – 8ª Emissão da Taesa	Participação da Debênture Verde – 8ª Emissão da Taesa	Recursos de outras Debêntures Verdes já emitidas (R\$ MM)	Participação de outras Debêntures Verdes já emitidas	Outros recursos
610	300	49,2%	189,56*	31%	19,8%

*Captados por meio da segunda série da sexta emissão da Taesa e da sétima emissão da Taesa.

Cabe destacar que o projeto Sant’Ana recebeu recursos da 6ª e da 7ª emissão de debêntures da Taesa, emitidas em maio e outubro de 2019, respectivamente. Ambas possuem rotulagem verde. Com isso, o financiamento desse projeto conta com 80,2% de participação de Debêntures Verdes, não superando o custo total do projeto. O financiamento do custo restante será realizado por meio de outras emissões, apoio de bancos de fomento, receita e/ou capital próprio.

O artigo 4.1 da escritura da debênture restringe os dispêndios à implementação do projeto de sistemas de transmissão, listados previamente na tabela 1. Isso garante que

os recursos serão aplicados para suportar a transmissão de energia renovável, categoria elegível à classificação de Título Verde, conforme demonstrado ao longo da seção [Uso dos Recursos](#).

Adicionalmente, a debênture é considerada uma emissão de infraestrutura incentivada, já que os projetos a serem financiados enquadram-se como prioritários pelo Ministério de Minas e Energia. Assim, a debênture também deve observar o disposto na Lei nº12.431/11 para não perder o benefício gerado pelo tratamento tributário especial. Ainda de acordo com essa lei, a Taesa estima que os recursos serão totalmente destinados para as SPEs em até dois anos após a emissão da Debênture Verde.

Vale ressaltar que os recursos serão gerenciados pela tesouraria da Taesa, por meio de sistema interno, até sua alocação completa nos projetos descritos e definidos na escritura da emissão. Temporariamente, os recursos poderão ser utilizados para outras atividades do negócio da empresa, sejam elas operacionais, de financiamentos ou de aplicações financeiras.

Dado que a operação da Taesa é inteiramente dedicada à operação de linhas de transmissão no Brasil, o uso temporário de recursos em atividades operacionais da companhia não representa risco de desenquadramento dos objetivos ambientais e climáticos da debênture.

A política de investimento temporário da companhia está definida em seu “Procedimento de Processos de Gestão de Caixa”, que determina a aplicação desses recursos somente em produtos de renda fixa pós-fixados ou pré-fixados. A empresa pode investir em Fundos de Investimento cujo regulamento permita somente operações em títulos públicos e privados com taxa pré-fixada, ou vinculados às taxas CDI e SELIC. Em dezembro de 2019, cerca de 40% de sua carteira de investimento era composta de títulos públicos federais, cerca de 43% por Títulos de instituições financeiras, enquanto outras dívidas privadas representavam menos de 1%. Essa alocação reduz significativamente o risco de investimento temporário dos recursos captados em ativos que não estejam em conformidade com os objetivos ambientais e climáticos da debênture, como, por exemplo, atividades relacionadas a combustíveis fósseis. Com base nessa análise, entendemos ser ainda pouco material o risco de investimento temporário em investimentos carbono intensivos.

Com base na análise realizada sobre a gestão de recursos, podemos concluir que existe um procedimento claro e transparente para garantir que os recursos sejam destinados a projetos que sustentam a classificação de Título Verde da emissão.

Relato

A emissora se compromete a monitorar e relatar informações financeiras e ambientais relacionadas aos projetos, conforme descrito na escritura.

As informações financeiras serão acompanhadas pelo Agente Fiduciário para garantir que os recursos serão alocados nos projetos previstos na escritura. A Taesa se compromete a comprovar a destinação dos recursos oriundos da Debênture Verde para a SPE até a alocação completa desses recursos.

Adicionalmente, os seguintes indicadores de benefícios ambientais dos projetos e de manutenção da elegibilidade do título verde serão apresentados anualmente pela empresa em seu Relatório de Sustentabilidade ou similar até a maturidade do título, conforme compromisso na Escritura:

- Indicador de prestação de serviço de transmissão a Usuários Verdes (cujos valores da linha de base encontram-se na tabela “Linha de Base de Benefícios Ambientais das Linhas de Transmissão da Taesa”);
- Status das licenças ambientais do projeto de sistema de transmissão de energia elétrica;
- Identificação de impactos em áreas de preservação e de reassentamento de pessoas.

Além disso, os compromissos aqui descritos serão objeto de uma avaliação externa, a ser realizada pela SITAWI, em até um ano após a emissão. Os pareceres serão disponibilizados para os debenturistas, conforme escritura. Após este período, a emissora continuará reportando os benefícios ambientais dos projetos anualmente até a maturidade do título.

Dessa maneira, concluímos que a empresa definiu de maneira clara o conteúdo e a forma de reporte dos indicadores financeiros e ambientais a serem comunicados para seus *stakeholders*.

IV. Performance Socioambiental do Projeto

Essa seção tem como objetivo avaliar a gestão socioambiental do projeto que será financiado pela Debênture Verde, visando identificar se os planos e programas implementados e previstos são capazes de medir, prevenir, mitigar e compensar seus eventuais impactos negativos. Dessa maneira, é possível confirmar a capacidade dos projetos de contribuírem para o desenvolvimento sustentável de maneira consistente. Além disso, foram pesquisadas controvérsias sociais e ambientais envolvendo os projetos.

O projeto de transmissão de energia elétrica Sant'Ana, por parte da SPE Sant'Ana Transmissora de Energia S.A., do lote 12 do leilão de transmissão 004/2018, localizado integralmente no Rio Grande do Sul compreende:

- (i) Linha de Transmissão Livramento 3 – Alegrete 2, de 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 125 km;
- (ii) Linha de Transmissão Livramento 3 – Cerro Chato, de 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 10 km;
- (iii) Linha de Transmissão Livramento 3 – Santa Maria 3, de 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 247 km;
- (iv) Linha de Transmissão Livramento 3 – Maçambará 3, de 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 205 km;
- (v) Seccionamento da Linha de Transmissão 230kV Maçambará – Santo Ângelo C1/C2 na SE Maçambará 3.
- (vi) Subestação Livramento 3, de 230 kV;
- (vii) Subestação Maçambará 3, de 230 kV;

Os municípios contemplados em seu traçado são: Alegrete, Cacequi, Dilermando de Aguiar, Itaqui, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Maria, Sant'Ana do Livramento e São Gabriel. A estimativa de investimento total para sua implantação é de R\$ 610 milhões.

O contrato de concessão para o empreendimento foi assinado em março de 2019. Possui dois Relatórios Ambientais Simplificados (RAS): o RAS 1 engloba o grupo Sant'Ana 1, composto pelos itens **i**, **ii**, **iv**, **v** apresentados acima; enquanto o RAS 2 corresponde ao grupo Sant'Ana 2, composto pelo item **iii**. Os estudos ambientais (Relatório Ambiental Simplificado – RAS) foram protocolados no órgão ambiental (FEPAM/RS) em 10 de julho de 2019, momento em que formalizou o pedido de licença prévia. Obtiveram em 13 de outubro de 2019 as Licenças Prévia e de Instalação Unificadas para a instalação das subestações de energia elétrica SE Maçambará 3 (**vi**) e SE Livramento 3 (**vii**), que não demandaram estudo ambiental. A licença prévia para o grupo Sant'Ana 1 foi obtida em dezembro de 2019. Ainda aguardam a concessão das licenças prévias para a linha de transmissão restante.

De modo geral, a performance socioambiental da construção e operação do complexo de transmissão Sant'Ana é satisfatória. Dentre as dimensões avaliadas, destacam-se os seguintes resultados:

- Desempenho satisfatório nas dimensões ambiental, trabalhadores e gestão socioambiental, e satisfatório na dimensão comunidades, devido aos estudos e programas descritos nos dois Relatórios Ambiental Simplificado (RAS).
- Não foi identificada nenhuma controvérsia envolvendo o projeto.

Tabela 5 - Análise da performance socioambiental do projeto Sant'Ana

Ambiental	 Satisfatório
<ul style="list-style-type: none">• Licenciamento e áreas protegidas (IFC-PS nº6): O complexo de transmissão Sant'Ana está distante dos sítios RAMSAR do estado do Rio Grande do Sul (Lagoa do Peixe e Estação Ecológica do Taim), que, portanto, não serão impactados. Também não impactará o Patrimônio Cultural da	

UNESCO (ruínas de São Miguel das Missões) ou o Patrimônio Ambiental da UNESCO (Parque Nacional do Iguaçu), localizados no estado. Por ser um empreendimento classificado como de utilidade pública, a supressão da vegetação é permitida em Áreas de Proteção Permanente (APP), desde que a empresa obtenha as licenças de supressão da vegetação necessárias e que siga os procedimentos determinados no Programa de Supressão Vegetal. Os RAS identificam que a faixa de servidão das LTs demandarão a supressão de vegetação em estágio inicial e médio de regeneração estimada em 12,81 hectare, dos quais cerca de 31% encontram-se em APPs. Além disso, a All intercepta dezessete Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade, entre elas quatro Unidades de Conservação (UC) já formalizadas. O empreendimento já possui Autorizações para Manejo de Fauna Silvestre. Os RAS também ressaltam que o traçado das LTs buscou minimizar impactos sobre a flora. Propõem manejo da vegetação florestal e campestre apenas em locais estritamente necessários, sugerindo a adoção de medidas para minimizar a vegetação afetada, como lançamento de cabos via drones ou aeromodelos; e acompanhamento por profissional habilitado. Esses estudos ambientais para instalação do complexo de transmissão Sant'Ana foram protocolados no órgão ambiental (FEPAM/RS) em julho de 2019, momento em que foi formalizado o pedido de licença prévia, porém não estão disponíveis publicamente. As Licenças Prévia e de Instalação Unificadas (LPI) para a instalação das subestações de energia elétrica SE Maçambará 3 e SE Livramento 3 foram obtidas em outubro de 2019. A licença prévia para o grupo Sant'Ana 1 foi obtida em dezembro de 2019. Ainda aguardam a concessão das licenças prévias para a linha de transmissão restante. O empreendimento ainda não possui Plano Básico Ambiental, porém seus RAS incluem os seguintes programas de mitigação de impactos socioambientais: Programa de Gestão Ambiental; Plano Ambiental da Construção (PAC); Programa de Recuperação de Áreas Degradadas; Programa de Supressão da Vegetação; e Programa de Reposição Florestal. A empresa deverá apresentar, junto ao requerimento de Licença de Operação, Relatório Consolidado de Acompanhamento dos Programas Ambientais bem como o relatório conclusivo das atividades de supressão da vegetação. Através de sua subsidiária para o projeto, a Taesa deverá informar aos órgãos competentes quanto à supressão de vegetação, encaminhando a relação dos proprietários e da área de Reserva Legal afetada em cada propriedade, e consultar quanto à necessidade de compensação e/ou registro da condição de servidão administrava junto ao cadastro das propriedades.

- **Impacto na biodiversidade local (IFC-PS nº6):** Os Relatórios Ambientais Simplificados incluem avaliação dos impactos ambientais, realizada com base na caracterização do empreendimento proposto, no diagnóstico ambiental da área e na análise integrada, que contemplou a fauna terrestre, fauna alada (no entanto, não há evidência de que a análise foi feita durante o período migratório), solo e paisagem. Foi realizada a identificação e classificação dos impactos (como abrangência, duração e reversibilidade, entre outros) e das respectivas medidas com objetivo de preservação a serem tomadas. O Projeto prevê medidas preventivas, mitigadoras, de controle, compensatórias ou otimizadoras que estão alinhados aos impactos gerados, entre elas: Programa de Coleta de Germoplasma e Resgate de Epífitas; Programa de Controle da Dispersão do Capim-Annoni-2; Programa de Afugentamento e Resgate de Fauna, Programa de Mitigação e de Monitoramento de Impactos sobre a Fauna. Os empreendimentos já possuem Autorização Para Manejo de Fauna Silvestre concedidos pela FEPAM. Deverão ser gerados relatórios de monitoramento das atividades destes programas. Ações relacionadas à prevenção de incêndios não estão contidas nos RAS, porém, em entrevista, a Taesa trata do tema através de educação ambiental e comunicação social junto à comunidade e funcionários são orientados nos Diálogos Diários de Segurança (DDS).
- **Utilização de materiais de menor impacto (IFC-PS nº3):** Os RAS contêm informações técnicas sobre o complexo de transmissão, incluindo todas as linhas de transmissão, estações e subestações. Não foram considerados critérios ambientais e de ecoeficiência na escolha dos modelos a serem utilizados, apenas questões técnicas e comerciais. Utilizarão isolantes térmicos minerais, sem uso de ascarel ou SF6.
- **Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-PS nº3):** Segundo os RAS, a mobilização para a instalação dos canteiros de obras e frentes de serviço itinerantes para implantação do complexo Sant'Ana inclui atividades geradoras de resíduos sólidos e classes diversas, em especial resíduos de construção civil, efluentes sanitários domésticos, além de efluentes contaminados com óleos e graxas, cujo volume varia de acordo com as fases da obra. Durante a operação do empreendimento, também deverão ser gerados resíduos, ainda que em menor escala. Deverão ser desenvolvidos Programas de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS) com determinação de medidas de gestão e monitoramento de resíduos ao longo das fases de implementação, construção e operação do complexo de Sant'Ana. Idealmente, deverá priorizar a destinação final através da reutilização e da reciclagem. O projeto não apresentou plano de descomissionamento nos estudos ambientais apresentados.

- **Diálogo com comunidades no entorno (IFC-PS n°4):** Os dados dos estudos que compõem os RAS foram obtidos de forma secundária (com pesquisa em bancos de dados oficiais). Neles foram identificados impactos sobre o meio socioeconômico em decorrência do empreendimento nas fases de planejamento, instalação e operação. Destes, os seguintes foram considerados negativos: geração de expectativa na população, restrição ao uso e ocupação do solo, remoção de benfeitorias, alteração da percepção da paisagem, aumento dos níveis de ruídos e de partículas no ar, interferência em material fossilífero. Também são indicados os seguintes programas voltados para mitigação dos impactos em comunidades locais: o Programa de Comunicação Social, que visa estabelecer canal de comunicação com as comunidades direta e indiretamente afetadas pelo empreendimento; e o Programa de Educação Ambiental (PEA), que tem como objetivo promover a participação das comunidades afetadas pelo empreendimento por meio de ações educativas relativas a gestão ambiental e outros aspectos relevantes. Adicionalmente, o empreendimento estabeleceu as delimitações de área para faixa de servidão adequadas para cumprir com os níveis de campos elétricos e magnéticos permitidos. No RAS está previsto o aquecimento da econômica local pelo aumento da demanda por bens e serviços. Não foram apresentadas medidas para a proteção da mão de obra frente a essa questão.
- **Impacto em comunidades tradicionais (IFC-PS n°7):** Segundo os RAS, não foram observadas terras indígenas reconhecidas pela FUNAI nas áreas de influência do projeto. Foram identificadas duas aldeias não reconhecidas pela FUNAI na cidade de Santa Maria, porém a mais de 5 km das áreas de influências. Há oito comunidades quilombolas localizadas nos municípios abrangidos pelas LT, porém a mais próxima está localizada a 10 km da AID do projeto Sant'Ana. Como não há comunidades tradicionais nas áreas de impacto, não foi necessária consulta prévia, Estudo do Componente Quilombola ou Plano Básico Ambiental Quilombola (PBAQ). Há também uma Associação de Pescadores Profissionais no município de Itaqui, com 60 associados dependentes da pesca no Rio Ibicuí, interceptado pela AID da LT 230 kV Livramento 3-Maçambará 3. Segundo os RAS, áreas úmidas não deverão ser atingidas pelo traçado das LT, contudo devem ser respeitados os Programas Ambientais durante as etapas de instalação e operação do empreendimento.
- **Estabelecimento da faixa de servidão (IFC-PS n°5):** Apesar dos RAS incluírem análise de impactos socioeconômicos positivos e negativos entre famílias e propriedades a serem afetadas pelo projeto, esses não incluem levantamentos sobre ações de reassentamento ou quantidade de propriedades impactadas na instalação das LT. Atualmente estão conduzindo um levantamento das propriedades afetadas em cartórios da região. Ambos os RAS preveem um Programa de Negociação e Indenização para o Estabelecimento da Faixa de Servidão e Acessos, que prevê a ocorrência de forma justa da remoção das benfeitorias que, por ventura, possam existir ao longo do traçado projetado, e a imposição de restrições ao uso do solo. Ou seja, negociações para que se evitem perdas de qualidade de vida e de patrimônio aos proprietários. A empresa não prevê a realização de audiências públicas.
- **Impacto em sítios arqueológicos e culturais (IFC-PS n°8):** O RAS 1 indica que os municípios analisados possuem baixo potencial paleontológico pois, apesar de existir potencial de ocorrência de icnofósseis na região, levantamento não encontrou indicação de sua existência. Ainda assim, sugere treinamento sobre o tema para os envolvidos nas operações de instalação. Já o RAS 2 indica alto potencial paleontológico em Santa Maria. Desta forma, determina implementação do Programa de Monitoramento e Salvamento Paleontológico durante as obras de instalação. A Taesa deverá obter parecer do IPHAN para a instalação do projeto e, se necessário, desenvolver um Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico.

- **Condições de trabalho de empregados diretos e terceirizados (IFC-PS n°2):** Não há registro da forma de contratação dos funcionários nos RAS, nem indicação dos principais riscos operacionais e sociais da atuação dos trabalhadores na localidade onde será desenvolvido o projeto, ou informações sobre contratação de terceirizados. Também não são previstos o Programa de Mitigação da População Exógena Contratada ou o Plano de Gestão das Condições Trabalhistas. Os colaboradores diretos do empreendimento serão todos contratados em regime CLT. A Taesa costuma contratar empresas para as obras de implementação de seus projetos. Nos contratos com essas empresas, afirma incluir cláusulas relacionadas ao cumprimento da legislação trabalhista. Em entrevista, a empresa afirma que fará monitoramento de indicadores de saúde e segurança para colaboradores próprios e terceirizados envolvidos no projeto. Adicionalmente, a Taesa deverá desenvolver e aplicar Planos de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programas de Controle Médio de Saúde Ocupacional (PCMSO) para as fases de implementação e operação do projeto San't ana, em adequação às Normas Regulamentadoras (NR). Idealmente, também disponibilizarão relatórios ou indicadores sobre às condições trabalhistas

-
- **Ações de não-discriminação na contratação e ambiente de trabalho (IFC-PS nº2):** A Taesa não possui diretrizes em relação à diversidade de gênero e raça. Em seu Relatório de Responsabilidade Socioambiental 2018 é informado que a empresa garante o respeito à diversidade para seus funcionários, onde também é reportada a participação de mulheres, negros (as) e pessoas com deficiência na mão de obra. Não há programas, planos ou práticas formais de incentivo à diversidade no âmbito do empreendimento, apesar do material de integração incentivar o respeito ao próximo.
-

Gestão socioambiental

 Satisfatório

- **Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS nº1):** Os RAS do projeto Sant'Ana incluem um Plano de Gestão Ambiental que determina a implementação de todas as ações de mitigação, controle e proteção durante o processo de obras do empreendimento. Dada a fase atual do projeto Sant'Ana, ainda não é possível obter certificações de melhores práticas socioambientais. Nos RAS não há indicação da estrutura organizacional para implementação dos programas previstos. Apontam que o empreendedor pode executá-lo diretamente ou por meio da contratação de empresas de consultoria ambiental e as instituições envolvidas são a empreiteira, as empresas de consultoria responsável pela execução dos Programas Ambientais e o próprio órgão ambiental licenciador. Em entrevista, a Taesa esclareceu que a supervisão do projeto é feita por colaboradores próprios, que respondem à diretoria executiva, e que há equipe in loco e na sede, que visitam periodicamente. Dada a fase atual do projeto Sant'Ana, ainda não é possível obter certificações de melhores práticas socioambientais.
 - **Transparência (IFC-PS nº1):** Dada a fase atual do projeto Sant'Ana, ainda não foi iniciada a implementação da infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, nem foram iniciados os programas de gestão socioambiental. Portanto, não houve a demanda pelo desenvolvimento de relatório de acompanhamento.
-

Não foram identificadas controvérsias socioambientais envolvendo o complexo de transmissão do projeto Sant'Ana. Esse fato é importante, pois indica que os programas de monitoramento, prevenção, mitigação e compensação de impactos socioambientais têm sido efetivos.

Dessa forma, é possível concluir que a emissora estabeleceu de maneira satisfatória os procedimentos para gestão de riscos socioambientais associados ao projeto Sant'Ana, que receberá aportes do Título Verde, bem como para garantir que esse contribua para o desenvolvimento sustentável.

V. Performance ASG da Taesa

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa é uma holding que atua no setor de transmissão de energia elétrica. A companhia atua na construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão. A empresa conta atualmente com 9.869 km de linhas de transmissão em operação e mais 2.857 km em construção. Totaliza uma capacidade instalada de 6.750 MVA (Mega Volt-Ampère), suportada por 41 subestações. A Taesa possui participação em 36 concessões de transmissão (das quais em 15 possui 100% de controle sobre os ativos) espalhadas por 18 estados brasileiros, e todas inseridas no Sistema Interligado Nacional (SIN).

Fundada em 2006 com o nome de Terna Participações S.A., era a subsidiária brasileira da empresa italiana Terna S.p.A. Em 2009, a Terna Participações foi vendida para o Fundo de Investimento em Participações Coliseu (FIP Coliseu), e para a Cemig Geração e Transmissão S.A. (CEMIG GT), que alteraram a denominação social da companhia para Taesa, que permanece até hoje. Atualmente, o seu controle acionário é formado pela CEMIG, que possui 21,7% de participação, pela ISA Brasil, com 14,9% de participação, e os 63,4% restantes são *free float* (estão no mercado disponíveis para negociação).

A análise da Taesa tem como objetivo avaliar sua capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar impactos socioambientais associados aos projetos que desenvolve. Dessa maneira é possível averiguar sua capacidade de manter inalteradas as condições que permitem que os projetos descritos sejam elegíveis para uma emissão caracterizada como Título Verde.

Nesse contexto, fizemos uma avaliação de políticas e práticas da empresa. Adicionalmente, pesquisamos controvérsias de caráter social, ambiental e de governança envolvendo a companhia, as SPEs, e outras empresas envolvidas em seus projetos.

SITAWI Research

Análise de performance ASG da empresa



Empresa: Taesa
País: Brasil
Setor (GICS): Serviços de Utilidade Pública

Pontos fortes

- ✓ Transparência com processo de licenciamento
- ✓ Gerenciamento de resíduos
- ✓ Avaliação de impactos ambientais
- ✓ Programas ambientais institucionais
- ✓ Ausência de controvérsias ambientais significativas

Oportunidades de melhoria

- ! Monitoramento de indicadores socioambientais de fornecedores
- ! Práticas de inclusão de minorias e incentivo à diversidade, inclusive no Conselho de Administração
- ! Auditoria do Relatório Anual e de Sustentabilidade

Desempenho ASG

De modo geral, a Taesa obteve um desempenho ASG confortável. A análise completa se encontra na tabela abaixo (Análise de práticas e políticas ASG da Taesa). Como destaque positivo está a transparência em relação a seus processos de licenciamento ambiental, com divulgação de notas sobre o andamento em seu website, além da existência de diversos programas ambientais a nível institucional, transcendendo os projetos individuais. A empresa também possui uma boa gestão de resíduos, com divulgação anual de indicadores monitorados. Desde a sexta emissão de dívida da empresa, também rotulada como verde, a Taesa melhorou o seu desempenho incorporando uma meta de sustentabilidade na remuneração variável de seus diretores.

Além de práticas de gestão ASG confortáveis, a Taesa possui Código de Conduta Ética e *Compliance* e Política Anticorrupção e Suborno, que abordam temas como transparência, brindes e cortesias, bem como combate à corrupção. A empresa também divulga, em seu website, outras políticas em relação a sua governança (de Pessoas Politicamente Expostas, de Prevenção a Fraudes, de Recepção e Tratamento de Denúncias, de Divulgação, de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, e outras), solidificando sua transparência e compromisso com a qualidade de administração. Para além dessas políticas de governança, suas políticas socioambientais não são divulgadas publicamente, o que, de acordo com a empresa, será feito em 2020.

Por outro lado, foram identificados pontos de melhoria. A Taesa não realiza o monitoramento de elementos socioambientais na operação de seus fornecedores, aumentando o risco ambiental em sua cadeia de suprimentos. A companhia também não possui política formalizada de incentivo à diversidade. A empresa pode melhorar seu desempenho socioambiental por meio da criação de programas de inclusão de minorias; realização de auditoria em seu Relatório de Responsabilidade Socioambiental e avanço da formalização de compromissos socioambientais através de políticas e diretrizes formais. De acordo com a empresa, esses pontos de melhoria já foram incorporados no Plano de Sustentabilidade para 2020.

Análise de práticas e políticas ASG da Taesa

Ambiental

 Confortável

- **Uso de Recursos:** O consumo de água e combustíveis nas operações de transmissão da Taesa é reduzido. A empresa não tem políticas formais sobre a economia no uso de recursos, porém realiza práticas nesse sentido. Em relação a qualidade de sua transmissão, possui Política de Qualidade, através da qual se compromete com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade. A companhia informou que faz a gestão dos compromissos firmados em seus Contratos de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) nesse sentido, buscando a máxima disponibilidade e realizando as melhorias necessárias para manutenção da confiabilidade de seus ativos. A taxa média consolidada de disponibilidade da linha foi de 99,94% em 2018. Todas as subestações da empresa são operadas por telecomando, e o impacto da indisponibilidade da linha de transmissão na demonstração de resultados da empresa (Parcela Variável) foi de 1,2%, indicando que há monitoramento de frequência de duração na interrupção na transmissão de energia.
- **Ecossistemas:** A construção de linhas de transmissão de energia demanda supressão de vegetação e apresenta impacto potencial sobre a biodiversidade. A Taesa não possui histórico de controvérsias nesse sentido. A empresa não possui política ou compromisso formalizado em relação a proteção da biodiversidade, mas possui Programas de Monitoramento desse tema em seus projetos, que têm como objetivo o acompanhamento da fauna morta na faixa de servidão, além da identificação e proteção de ninhos de aves, formigueiros e colmeias – iniciativa que vai além do previsto na legislação. Além disso, em processos de construção de instalações de linhas de transmissão, os impactos possíveis sobre a fauna e flora são sempre identificados no processo de licenciamento. Quando possível são mitigados, e os demais são compensados financeiramente ou com a recomposição florestal adequada, de acordo com exigências do órgão ambiental. Em relação ao licenciamento, a empresa divulga publicamente o andamento do processo de licenciamento ambiental de seus projetos. Os processos de licenciamento da empresa estão em dia, e não há

controvérsias nesse sentido. Além disso, o 'Procedimento de Gestão de Requisitos Legais e Outros de SMS' estabelece diretrizes e responsabilidades na gestão de obrigações ambientais que a empresa pode ter, escopo que inclui o licenciamento.

- **Gestão de Resíduos:** Além de não gerar muitos resíduos, a Taesa não possui controvérsias em relação a sua gestão nesse sentido. As operações da empresa não geram efluentes de alto potencial contaminante. Em suas subestações, há o uso de óleo mineral, que é manejado adequadamente (bacias de contenção e caixas separadoras de água e óleo - CSAO). Não há, no entanto, uma política ou compromisso formalizado sobre a gestão de efluentes. Os resíduos sólidos gerados pela empresa são, em sua maioria, inertes, e a mesma possui o Programa de Gestão de Resíduos (PGR) que define diretrizes para o gerenciamento de resíduos sólidos gerados em suas operações. Os objetivos do programa são a minimização dos riscos sociais e ambientais e o cumprimento da legislação vigente. Além disso, a empresa reporta anualmente a quantidade de resíduos gerados em suas dependências. Em relação a acidentes ambientais, o Manual do Sistema de Gestão de Segurança e Meio Ambiente estabelece a análise e acompanhamento de riscos ambientais, a partir de sua identificação e elaboração de plano de ação para a redução de sua chance de ocorrência. Por outro lado, esse manual não distingue acidentes ambientais dos demais tipos de acidentes. Além disso, são estabelecidas regras para funcionários a fim de reduzir o risco de acidentes em geral. O Manual também indica aos funcionários que eventos que acarretem em acidentes ambientais, de saúde e de segurança devem ser reportados. A empresa não possui histórico de ocorrência nesse sentido. Em relação a emissões gasosas, a empresa não levanta suas emissões geradas e não possui política nesse sentido. Essa ação já está prevista para ser implementada no plano 2020.
 - **Mudanças Climáticas:** O Procedimento de Processos intitulado "Identificação de Aspectos e Avaliação de Impactos Ambientais" indica que emissões de gases do efeito estufa (GEE) devem ser levantadas, classificadas e controladas, mas a empresa ainda não elabora inventário de GEE e não emitiu posicionamento público sobre mudanças climáticas. Essas ações já estão previstas no plano de sustentabilidade 2020.
-

Social



- **Comunidades:** A Taesa não está envolvida em controvérsias envolvendo comunidades. A geração de ruídos pode ser relevante durante a fase de implantação dos empreendimentos, de modo que a empresa possui o Programa de Monitoramento de Ruídos. A empresa cumpre a norma NBR 5422 e a Resolução da ANEEL 616, mantendo faixa de servidão segura, monitoramento periódico e gestão de campos elétricos e magnéticos. A atividade de transmissão também tem potencial relevante de impacto na paisagem e a empresa não possui política em relação ao tema. Por outro lado, a empresa considera esse critério na escolha de seus traçados e cumpre determinações de órgãos ambientais nesse sentido. Ademais, suas atividades podem demandar o reassentamento de populações locais. A Taesa não possui controvérsias nesse sentido, e seus mecanismos de compensação são resolvidos caso a caso. O Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social envolve as comunidades vizinhas aos empreendimentos da empresa, e realiza ações sobre temas relacionados a operação da empresa e meio ambiente. A empresa prioriza a contratação de mão de obra local em suas operações, ainda que necessite de mão de obra especializada que não existe nesses locais. A empresa possui o Programa de Acompanhamento de Ações em Terras Indígenas, que gerencia ações de recuperação, manutenção e outras que ocorram em terras indígenas. Além disso, a empresa destaca em seu Formulário de Referência que se seus empreendimentos gerarem impactos diretos ou indiretos em comunidades tradicionais, são feitas compensações financeiras para as comunidades por meio de termos de compromisso estabelecidos com a FUNAI. O status dessas compensações é divulgado no Formulário de Referência e no Relatório de Responsabilidade Socioambiental.
 - **Clientes:** A Taesa está pontualmente envolvida em controvérsias com usuários finais de eletricidade, relacionadas a problemas nas linhas de transmissão que ocasionaram interrupção do fornecimento de energia. Em sua Política de Qualidade, se compromete com o completo atendimento dos requisitos do cliente. Em seu Relatório de Responsabilidade Socioambiental (2018), lista seus clientes e indica que seus canais de comunicação incluem contatos técnicos, reuniões, encontros em eventos setoriais, participação em associações de classe e outros. A empresa afirma que seu relacionamento com os mesmos é pautado em seu Código de Ética. Ademais, a empresa possui um número de telefone destinado para a comunicação com comunidades adjacentes a seus empreendimentos.
 - **Recursos Humanos:** A Taesa não possui histórico de controvérsias relacionadas a recursos humanos. A empresa possui Diretrizes de Saúde e Segurança no Trabalho, que estabelece procedimentos para preservar a integridade física dos colaboradores. Os funcionários da empresa possuem controle de horas, com o sistema calculando a remuneração adequada a partir do banco de horas gerado. A companhia realiza treinamentos voltados para saúde e segurança dos trabalhadores, e o acompanhamento da saúde dos colaboradores a partir de consultas médicas é um
-

dos critérios para obtenção de bônus. A Política de Remuneração da empresa estabelece que todos os funcionários CLT são elegíveis para aproveitamento de benefícios estabelecidos em acordos coletivos, revisado e assinado uma vez ao ano. Adicionalmente, esse acordo estabelece apoio às atividades do sindicato, colocando à disposição, 4 vezes ao ano, local e meio para realização de atividades do mesmo dentro do recinto da Taesa. Além disso, a empresa possui a Política de Gestão de Pessoas, que estabelece diretrizes para melhoria das condições de trabalho. A operação de linhas de transmissão representa nível razoável de geração de empregos diretos e indiretos. A fase de construção eleva o índice de empregabilidade, porém não chega a nível elevado. De acordo com seu Formulário de Referência, o número de funcionários da empresa cresceu 13% nos últimos três anos. Em relação a planos de carreira, a empresa possui feedback estruturado e avaliação de desempenho anual, além de plano de carreira por cargo. A empresa oferece apoio financeiro para melhoria do nível de qualificação, incluindo cursos, treinamentos, congressos e mestrados. A Taesa afirma garantir respeito a diversidade de seus funcionários e em seu Relatório de Responsabilidade Socioambiental 2018, são divulgados dados sobre o percentual de grupos minoritários na força de trabalho. Além do exigido pela legislação, não há processos formalizados em relação a garantia de diversidade na contratação e no ambiente de trabalho. A empresa já possui planos para melhoria de sua atuação nesse tem.

- **Cadeia de Suprimentos:** A Taesa não possui histórico de controvérsias relacionadas a cadeia de suprimentos. A companhia não possui funcionários terceirizados, porém suas SPEs possuem funcionários subcontratados que são abarcados em todos os programas para trabalhadores. A empresa dispõe da Política de Gestão de Fornecedores que estabelece diretrizes para seleção e monitoramento de fornecedores, porém não estabelece critérios de sustentabilidade. A Taesa prevê incorporar esses critérios em 2020. Além disso, a empresa conta com o apoio de uma consultoria externa para certificação e monitoramento de seus fornecedores.

Governança

●●●● Confortável

- **Governança Corporativa:** A Taesa não possui envolvimento direta ou indiretamente em casos de controvérsias relacionado à governança corporativa. Seu Código de Ética está disponível em seu website e para seus funcionários. O presidente do Conselho e o diretor-executivo não são a mesma pessoa. A remuneração média da diretoria é divulgada nos informativos e, em relação a do Conselho Administrativo, essa divulgação é feita sob a modalidade Remuneração Global, conforme previsto em lei. No Conselho, 30% dos integrantes são independentes, no entanto não há representação feminina. Mulheres representam 17% do total de funcionários e 15% dos cargos gerenciais. Temas socioambientais, como a aprovação do Relatório de Responsabilidade Socioambiental são trazidos para o conselho fiscal e de administração. A remuneração variável dos cargos gerenciais inclui critérios de sustentabilidade.
- **Integridade:** A Taesa não está envolvida em nenhum caso controverso de corrupção, e possui Política Anticorrupção e Suborno, que estabelece diretrizes e conceitos para situações que se configuram como corrupção. Essa política também estabelece que funcionários que se enquadrem nessas situações podem estar sujeitos a medidas disciplinares, rescisão contratual e responsabilização no Código Penal brasileiro. A Política também determina que os funcionários têm a obrigação de comunicar suspeitas de corrupção e suborno por meio de seu canal de denúncias. A empresa afirma não estar envolvida no financiamento de atividades políticas.
- **Transparência:** A Taesa divulga em seu website suas Demonstrações Financeiras Padrão (DFP), além de informações sobre sua diretoria, sobre seu conselho de administração e sobre seus Comitês de Gestão e Recursos Humanos, Finanças, Auditoria e Novos Negócios. As principais políticas de governança também são divulgadas, no entanto as demais políticas socioambientais ainda não estão públicas. O Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental, que também está no website, não é auditado externamente. Esse contém informações sobre suas práticas socioambientais (sistemas de gestão ambiental, engajamento com comunidades, monitoramento e fornecedores, entre outros).

Em relação ao estudo de controvérsias, concluímos que a Taesa está envolvida em casos de impactos socioambientais isolados. Seu nível de responsividade é considerado adequado para resolução e mitigação dessas questões. Esse fato é importante, pois indica que as práticas de gestão ASG da empresa têm sido efetivas.

Social	Nível de Severidade	Responsividade
<p>Cientes: Taesa é multada em R\$ 119 mil por apagão que atingiu 11 estados em 2012. (2015)</p>	<p>Pouco significativo: O apagão durou até 5 horas em alguns locais e ocorreu por conta de curto-circuito e falha no sistema de proteção de subestação da empresa no Tocantins. A empresa entrou com recurso, que foi rejeitado pela Aneel</p>	<p>Não comunicativa: A empresa não emitiu declarações sobre o assunto.</p>
<p>Cientes: Apagão atinge oeste da Bahia (2015)</p>	<p>Significativo: Falha no comando de comutadores de tapes de autotransformadores em subestação da Taesa gerou um apagão. O sistema de proteção da unidade funcionou, e a empresa conseguiu solucionar a falha em um minuto. Porém, o apagão atingiu 50 cidades e durou mais de 2 horas por conta dos procedimentos para recomposição segura do sistema elétrico afetado realizados pelo ONS.</p>	<p>Remediativa: A empresa agiu para a reparação do problema imediatamente e emitiu nota explicando o ocorrido.</p>

Por meio dessa análise, concluímos que a Taesa possui práticas ASG confortáveis e *know how* técnico de suas atividades. A empresa está envolvida em casos isolados de controvérsias e seu nível de responsividade é considerado adequado para resolução e mitigação dessas questões. Sendo assim, concluímos que a empresa tem plena capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar eventuais impactos negativos de seus projetos e sustentar as condicionantes que conferem a qualidade de Título Verde à debênture.

Método

A avaliação da SITAWI é baseada em uma metodologia proprietária, fundamentada em standards reconhecidos internacionalmente. Ela é composta de três etapas:

1) Avaliação da emissão – o primeiro passo é avaliar se a emissão tem como objetivo contribuir com projetos que possuem potencial de impacto socioambiental positivo, condizente com a condição de Título Verde. Para isso, comparamos a emissão aos quatro componentes dos *Green Bond Principles (GBP)*:

- Uso dos recursos (*use of proceeds*): propósito da emissão do título e alinhamento desse com as categorias dos *Green Bond Principles* e da *Climate Bonds Taxonomy*;
- Processo de seleção e avaliação de projetos (*process for project evaluation and selection*): procedimentos utilizados na escolha de projetos, alinhamento desses projetos com a estratégia da companhia e benefícios ambientais gerados. A tabela “Análise socioambiental dos projetos” dessa seção de análise buscou categorizar os projetos de acordo com os IFC-PS, veja abaixo a descrição dessas categorias:

Categorização Socioambiental de projetos

Categorização Socioambiental	
A	Projetos com potencial de risco e/ou impactos socioambientais adversos significativos e que sejam múltiplos, irreversíveis ou sem precedentes.
B	Projetos com potencial de riscos e/ou impactos socioambientais adversos limitados, em número reduzido, geralmente locais, amplamente reversíveis e prontamente controláveis por meio de medidas mitigatórias.
C	Projetos sem riscos e/ou impactos socioambientais adversos ou com riscos e/ou impactos socioambientais mínimos.

- Gestão dos recursos (*management of proceeds*): procedimento para gestão financeira dos recursos captados, para garantir a destinação para projetos elegíveis a classificação de Título Verde;
 - Relato (*reporting*): Divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados dos projetos.
- 2) Performance Socioambiental do projeto – avaliamos o projeto com base no atendimento à legislação socioambiental brasileira e as melhores práticas contidas nos *IFC Performance Standards*¹² (IFC-PS) e outros padrões de sustentabilidade. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:

- Processo de medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ambientais do projeto;
- Contribuição do projeto para o desenvolvimento sustentável;
- Controvérsias¹³ que o projeto está envolvido.

¹² http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/c8f524004a73daeca09afdf998895a12/IFC_Performance_Standards.pdf?MOD=AJPERES_e
http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Corporate+Governance/CG+Development+Framework/

¹³ O conceito de controvérsia é baseado na publicação “CONTROVÉRSIAS ASG 2016” (<https://www.sitawi.net/publicacoes/controversias-asg-2016-2/>). Que define controvérsias como fatos divulgados em veículos de mídia, manifestações de outros grupos de interesse, como grupos de trabalhadores e movimentos sociais, bem como decisões de órgãos fiscalizadores e reguladores.

Essa análise é composta de 4 dimensões e 12 temas, priorizados de acordo com a materialidade de cada tema para o projeto:

Critérios para avaliação do projeto

Dimensão	Tema
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas protegidas (IFC-PS nº6) • Impacto na biodiversidade local (IFC-PS nº6) • Utilização de materiais de menor impacto (IFC-PS nº3) • Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-PS nº3)
Comunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Diálogo com comunidades no entorno (IFC-PS nº4) • Impacto em comunidades tradicionais (IFC-PS nº7) • Estabelecimento da faixa de servidão (IFC-PS nº5) • Impacto em sítios arqueológicos e culturais (IFC-PS nº8)
Trabalhadores	<ul style="list-style-type: none"> • Condições de trabalho dos empregados diretos e terceirizados (IFC-PS nº2) • Ações de não-discriminação na contratação e ambiente de trabalho (IFC-PS nº2)
Gestão socioambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS nº1) • Transparência (IFC-PS nº1)

3) Performance ASG da Empresa – avaliamos a empresa através de metodologia proprietária que considera melhores práticas de sustentabilidade, referenciadas por *standards* reconhecidos internacionalmente. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:

- Políticas e práticas para medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ASG de suas atividades;
- Contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas;
- Controvérsias¹⁴ que a empresa está envolvida.

Essa análise é composta de 3 dimensões e 10 temas, priorizados de acordo com a materialidade de cada tema para a empresa:

Políticas e práticas analisadas

Dimensão	Práticas
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de Recursos • Ecossistemas • Gestão de Resíduos • Mudanças climáticas
Social	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidades • Clientes • Cadeia de suprimento • Recursos humanos
Governança	<ul style="list-style-type: none"> • Governança Corporativa

¹⁴ O conceito de controvérsia é baseado na publicação "CONTROVÉRSIAS ASG 2016" (<https://www.sitawi.net/publicacoes/controversias-asg-2016-2/>). Que define controvérsias como fatos divulgados em veículos de mídia, manifestações de outros grupos de interesse, como grupos de trabalhadores e movimentos sociais, bem como decisões de órgãos fiscalizadores e reguladores.

- Integridade
- Transparência

Legendas

Nível da Asseguração

Níveis de asseguração

Níveis de asseguração

Razoável	Capaz de confirmar de forma convincente os princípios e objetivos da asseguração.
Moderado	Capaz de confirmar de forma parcial os princípios e objetivos da asseguração.
Limitado	Incapacidade de confirmar os princípios e objetivos da asseguração.

Nível de performance da empresa

●●●● Superior

A empresa possui as melhores práticas naquela dimensão, se tornando referência para outras empresas no desempenho socioambiental/ASG por meio da busca de inovação e melhoria contínua, contribuindo assim de maneira relevante para o desenvolvimento sustentável, inclusive com compromissos de manter essa contribuição no longo prazo.

●●●○ Confortável

A empresa cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico, além de estar alinhado com padrões internacionais de sustentabilidade (ex: *IFC Performance Standards* e outros), contribuindo de forma ampla para o desenvolvimento sustentável.

●●○○ Satisfatório

A empresa cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.

●○○○ Insuficiente

A empresa não cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.

○○○○ Crítico

A empresa não apresenta evidências de seu desempenho na dimensão específica.

Controvérsias

Nível de Severidade e Responsividade relacionado a controvérsias

Nível de Severidade

Pouco significativo	Descumpra a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , mas não causa danos ou causa dano mínimo que não necessitam de remediação.
Significativo	Descumpra a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos.
Muito significativo	Descumpra a lei e afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo o nível de dificuldade e custo de remediação alto.

Crítico	Descumpre a lei e afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo os danos irremediáveis ou de difícil e custosa remediação.
----------------	---

Responsividade

Proativa	Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.
Remediativa	A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os <i>stakeholders</i> impactados.
Defensiva	A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.
Não-responsiva	Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.

Formulário Green Bond Principles

Green Project Bond

External Review Form

Section 1. Basic Information

Issuer name: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

Review provider's name: SITAWI Finance for Good

Completion date of this form: 19/December/2019

Publication date of review publication: TBC

Section 2. Review overview

SCOPE OF REVIEW

The review assessed the following elements and confirmed their alignment with the GBPs:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Use of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Process for Project Evaluation and Selection |
| <input checked="" type="checkbox"/> Management of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Reporting |

ROLE(S) OF REVIEW PROVIDER

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Consultancy (incl. 2nd opinion) | <input type="checkbox"/> Certification |
| <input type="checkbox"/> Verification | <input type="checkbox"/> Rating |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

EXECUTIVE SUMMARY OF REVIEW

According to SITAWI, Taesa's eight issuance is aligned with the Green Bond Principles and thus eligible to market as a Green Bond. All net proceeds from the Project Bond will be destined to reimbursements, refinance or future payments to an electricity transmission infrastructure project in Brazil, allowing the increased generation of renewable energy, especially wind power, to be transmitted through Brazil's Interconnected System (SIN).

The Sant'Ana project has a satisfactory environment and social performance. The issuer will report annually the proceeds allocation and related environmental benefits. Taesa has a comfortable ESG performance, reassuring its capacity to maintain the green credentials of the issuance.

Section 3. Detailed review

1. USE OF PROCEEDS

Overall comment on section: The Project Bond's term sheet indicates that the proceeds of the eight issuance will be allocated to future payments related to electricity transmission infrastructure projects. These projects contribute to transmission of renewable energy, especially wind power, but also solar, biomass and small-scale hydropower.

Use of proceeds categories as per GBP:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Renewable energy | <input type="checkbox"/> Energy efficiency |
| <input type="checkbox"/> Pollution prevention and control | <input type="checkbox"/> Sustainable management of living natural resources |
| <input type="checkbox"/> Terrestrial and aquatic biodiversity conservation | <input type="checkbox"/> Clean transportation |
| <input type="checkbox"/> Sustainable water management | <input type="checkbox"/> Climate change adaptation |
| <input type="checkbox"/> Eco-efficient products, production technologies and processes | <input checked="" type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>):
Transmission of renewable energy |
| <input type="checkbox"/> Unknown at issuance but currently expected to conform with GBP categories, or other eligible areas not yet stated in GBPs | |

If applicable please specify the environmental taxonomy, if other than GBPs: According to CBI taxonomy, the projects are included in the Transmission & Distribution infrastructure category.

2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

Overall comment on section (if applicable): The Project Bond's term sheet specifies the objective of the projects: construction and implementation of an electricity transmission infrastructure project, represented by one SPV: Sant'Ana ("Sant'Ana Transmissora de Energia S.A."), controlled by Taesa. The project is currently under environmental licensing phase, with some substations already under development. This project will increase the number of Green Users (each user is a power plant that generates wind, solar, small hydro or biomass electricity) and associated Green Revenues. Comparing December 2017 and 2018, the company's number of Green Users and Green Revenues increased 15.6% and 4.9%, respectively.

Evaluation and selection

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Defined and transparent criteria for projects eligible for Green Bond proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Documented process to determine that projects fit within defined categories |
| <input checked="" type="checkbox"/> Summary criteria for project evaluation and selection publicly available | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Information on Responsibilities and Accountability

- Evaluation / Selection criteria subject to external advice or verification
- In-house assessment
- Other (*please specify*):

3. MANAGEMENT OF PROCEEDS

Overall comment on section (if applicable): All net proceeds from the Project Bond will be destined to future payments related to an electricity transmission infrastructure project (represented by a SPV).

The proceeds will be managed by Taesa's treasury department until their complete allocation. Proceeds may have temporary allocation on other activities of the company's business, whether operational (only transmission lines), financing or investments.

Taesa has its own procedures for temporary investments, allowing only fixed income products (pre or post-fixed), with high exposure to public debt and debt of financial companies.

The initial issuance amount is R\$ 300 MM, which represents about 49.2%% of the estimated total costs of the Nominated Projects (R\$ 610 MM). The remaining funding will be financed by other debt issuances, two of them labelled as green (31%), development bank loans, own capital and revenues. Taesa estimates that the proceeds will be fully allocated in up to two years after issuance.

Tracking of proceeds:

- Green Bond proceeds segregated or tracked by the issuer in a systematic manner
- Disclosure of intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds
- Other (*please specify*):

Additional disclosure:

- Allocations to future investments only
- Allocations to both existing and future investments
- Allocation to individual disbursements
- Allocation to a portfolio of disbursements
- Disclosure of portfolio balance of unallocated proceeds
- Other (*please specify*):

4. REPORTING

Overall comment on section (if applicable): Taesa will report annually to the Fiduciary Agent and also publicly on its website, the financial statements. The issuer will disclose annually, on its Sustainability Report or similar document, the environmental benefits, the environmental license status and the main possible socio-environmental impacts of the projects, for instance the impact on protected areas and involuntary resettlement, if any.

Use of proceeds reporting:

- Project-by-project
- On a project portfolio basis
- Linkage to individual bond(s)
- Other (*please specify*):

Information reported:

- Allocated amounts
- GB financed share of total investment

Other (please specify):

Frequency:

Annual

Semi-annual

Other (please specify):

Impact reporting:

Project-by-project

On a project portfolio basis

Linkage to individual bond(s)

Other (please specify):

Frequency:

Annual

Semi-annual

Other (please specify):

Information reported (expected or ex-post):

GHG Emissions / Savings

Energy Savings

Other ESG indicators (please specify): Number of Green Users (power plants that generate wind, solar, small hydro or biomass electricity) and income related to them.

Means of Disclosure

Information published in financial report

Information published in sustainability report

Information published in ad hoc documents

Other (please specify):

Reporting reviewed (if yes, please specify which parts of the reporting are subject to external review): SITAWI will review the environmental benefits and ESG performance of projects one year after issuance.

Where appropriate, please specify name and date of publication in the useful links section.

USEFUL LINKS (e.g. to review provider methodology or credentials, to issuer's documentation, etc.)

<https://ri.taesa.com.br/>

SPECIFY OTHER EXTERNAL REVIEWS AVAILABLE, IF APPROPRIATE

Type(s) of Review provided:

Consultancy (incl. 2nd opinion)

Certification

Verification / Audit

Rating

Other (please specify):

Review provider(s):

Date of publication:

ABOUT ROLE(S) OF REVIEW PROVIDERS AS DEFINED BY THE GBP

- (i) **Consultant Review:** An issuer can seek advice from consultants and/or institutions with recognized expertise in environmental sustainability or other aspects of the issuance of a Green Bond, such as the establishment/review of an issuer's Green Bond framework. "Second opinions" may fall into this category.
- (ii) **Verification:** An issuer can have its Green Bond, associated Green Bond framework, or underlying assets independently verified by qualified parties, such as auditors. In contrast to certification, verification may focus on alignment with internal standards or claims made by the issuer. Evaluation of the environmentally sustainable features of underlying assets may be termed verification and may reference external criteria.
- (iii) **Certification:** An issuer can have its Green Bond or associated Green Bond framework or Use of Proceeds certified against an external green assessment standard. An assessment standard defines criteria, and alignment with such criteria is tested by qualified third parties / certifiers.
- (iv) **Rating:** An issuer can have its Green Bond or associated Green Bond framework rated by qualified third parties, such as specialized research providers or rating agencies. Green Bond ratings are separate from an issuer's ESG rating as they typically apply to individual securities or Green Bond frameworks / programs.